

Congresso vota pedido para dobrar efetivo militar no Haiti

Convocada pelo presidente do Senado, José Sarney, Comissão Representativa examina pedido do governo federal para aumentar de 1.300 para 2.600 o contingente militar brasileiro no Haiti, atingido por forte terremoto no dia 12

A Comissão Representativa do Congresso Nacional examina nesta segunda-feira, às 15h, mensagem do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que solicita autorização para aumentar de 1.300 para 2.600 o contingente militar brasileiro no Haiti, país caribenho atingido por forte terremoto no último dia 12 (*leia texto abaixo*).

A comissão trata dos assuntos urgentes relativos ao Congresso que surgem durante o recesso parlamentar.

A reunião, convocada pelo presidente do Senado, José Sarney, decidirá sobre o envio imediato de mais 900 militares e da disponibilização de outros 400 homens, que ficarão de prontidão.

Desses 900, 750 integram um batalhão de infantaria e 150 são da Polícia do Exército.

Eles farão parte da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah, na sigla

em francês).

Na exposição de motivos, os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, explicam que o aumento das tropas brasileiras no Haiti atende ao chamado do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os ministros também afirmam que as dificuldades logísticas de assistência humanitária, de resgate de feridos e de assistência médica "podem ter consequências para a volátil situação de segurança", quadro agravado pela perda, na tragédia, de metade dos homens da Polícia Nacional Haitiana, segundo a missão.

– Consideramos que a elevação do contingente brasileiro deve ser significativa para que o Brasil possa reforçar sua atuação no terreno e manter participação decisiva no esforço de assistência ao Haiti – justificam Jobim e Amorim.



Militares brasileiros distribuem água e alimentos no Haiti: 15 toneladas a famílias acampadas próximo ao Palácio Nacional

Comissão Representativa vai se reunir pela quarta vez em 10 anos

A reunião da Comissão Representativa foi convocada na quarta-feira, depois de uma conversa pelo telefone do presidente José Sarney com o ministro Jobim. Já no início da semana passada, depois do terremoto, Sarney colocou o Congresso à disposição do presidente Lula.

De acordo com a secretária da Mesa do Senado, Claudia Lyra, será a quarta vez que a Comissão Representativa do Congresso se reunirá em dez anos. Ela explicou que a sessão ocorrerá no Plenário do Senado e será conduzida pelo presidente Sarney, já que ele é o mais alto membro da Mesa diretora a compor a comissão. O vice-presidente será o deputado Odair Cunha (PT-MG).

Na reunião, só terão direito a voto os membros da Comissão Representativa. Para que a reunião seja iniciada, é preciso que esteja presente em Plenário um terço dos membros de cada Casa na comissão (seis deputados e três senadores). Já para o início da votação, são necessários nove deputados e cinco senadores (a maioria absoluta de cada Casa na comissão).

Claudia Lyra explicou que, após a leitura da mensagem do governo, será designado um relator, cujo texto será votado primeiro pelos membros da Câmara e depois pelos mem-



Claudia Lyra explica que só membros da comissão terão direito a voto

bros do Senado. Aprovada, a matéria será enviada à sanção presidencial.

Tragédia

O terremoto do dia 12 no Haiti atingiu 7 pontos de magnitude, deixando pelo menos 75 mil mortos – entre eles, 18 militares e três civis brasileiros, incluindo a médica Zilda Arns, fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança.

Na quinta-feira, quando o Exército e a Aeronáutica promoveram uma solenidade de honras fúnebres aos militares mortos, o presidente Lula anunciou a edição de uma medida provisória liberando recursos para os ministérios das Relações Exteriores, da Saúde e da Defesa.

Parte da verba será utilizada em ações de ajuda humanitária ao Haiti.

Lula reduz edição de medidas provisórias

No ano passado, foram editadas 27 medidas provisórias (MPs), o menor número desde 2003, quando o presidente Lula assumiu o cargo. Em 2008, foram editadas 40 MPs. Mas o contraste fica mais evidente quando se consideram os anos de 2007 e 2006: respectivamente, 70 e 67 medidas provisórias. Para Rafael Silveira e Silva, cientista político e consultor legislativo do Senado, a queda iniciada em 2008 revela uma mudança na estratégia do Executivo em relação ao Congresso Nacional.

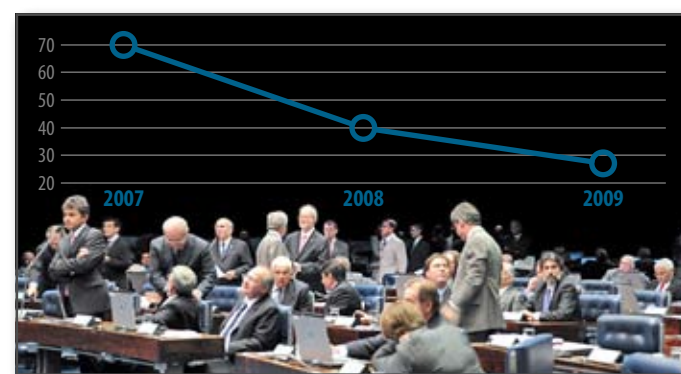
– O governo mudou seu padrão de atuação, apresentando menos medidas provisórias e mais projetos de lei – afirmou o consultor durante entrevista à Agência Senado.

Como exemplo, Rafael citou as propostas do Executivo que estabelecem aumentos de salários para servidores públicos: em 2007, o governo federal editou cinco MPs com esse objetivo e nenhum projeto de lei; em 2008, foram quatro MPs e quatro projetos de lei; já em 2009 houve quatro MPs e sete projetos de lei.

Ao apontar as possíveis causas dessa "mudança de estratégia", o consultor destacou fatores como a decisão do Supremo Tribunal Federal que restringiu o uso de medidas provisórias destinadas a abertura de créditos extraordinários; o desgaste que

Governo muda estratégia

Balanco dos últimos três anos mostra queda no uso de medidas provisórias pelo Poder Executivo



o uso excessivo das MPs estava provocando nas relações entre Executivo e Legislativo; e as recentes decisões do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, em relação à tramitação das MPs naquela Casa.

Solidez

Além disso, Rafael também avalia que a redução no uso das MPs se tornou possível porque "o governo está, agora, com uma base de apoio no Congresso mais sólida do que a do primeiro mandato, principalmente depois que o PMDB foi incorporado à coalizão". Esse partido, além de deter as maiores bancadas nas duas Casas, é a legenda à qual estão filiados os presidentes Michel Temer e José Sarney. Rafael lembrou

que há estudos que associam os dois fatos.

– Se a base governista no Congresso estivesse menos consolidada, provavelmente o Executivo não estaria em situação tão confortável para diminuir o número de medidas provisórias – declarou o consultor legislativo.

Em 2008, em resposta a uma ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo PSDB, o Supremo Tribunal Federal reiterou as restrições à edição de MPs para abertura de créditos extraordinários. Segundo Rafael, os efeitos dessa decisão puderam ser percebidos imediatamente: se em 2007 houve 20 MPs de crédito extraordinário, em 2008 e 2009 houve, em cada ano, cinco MPs do gênero.

Juristas reunidos pelo Senado desde o ano passado trabalham em nova versão para código que, ao permitir uma grande quantidade de recursos nos processos que chegam aos tribunais, contribui hoje para a morosidade da Justiça

Comissão retoma trabalhos para criar um Código de Processo Civil mais ágil

APÓS O RECESSO parlamentar, volta a se reunir a comissão de juristas convidada pelo Senado para elaborar a proposta de um novo Código de Processo Civil (CPC), que pretende agilizar a prestação de serviços da Justiça, com a redução da grande quantidade de recursos possíveis atualmente.

Ao apresentar os resultados preliminares em dezembro do ano passado, o presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux, observou que aquela corte está examinando cerca de 250 mil processos. Ele também anunciou na ocasião que a comissão deve apresentar o projeto do novo CPC no primeiro semestre de 2010.

Fux disse que, para simplificar o processo civil e torná-lo mais rápido, o projeto deve criar instrumentos como o "incidente da coletivização de demandas". Segundo o ministro, isso permitirá que, em vez de milhares de ações sobre litígios semelhantes, apenas uma ação coletiva "produza uma decisão aplicável a todo o país". Ele ressaltou que essa medida se aplica somente a litígios que possam ser "massificados".

— É o que ocorre, por exemplo, quando milhares de pessoas contestam a assinatura básica de telefonia — explicou.

Dessa forma, salientou o ministro, pretende-se evitar que



Presidente da comissão, ministro Luiz Fux (em primeiro plano) diz que STJ tem 250 mil processos na pauta

ações semelhantes "resultem em decisões completamente inconciliáveis, fazendo com que uma pessoa ganhe e outra perca a partir de uma mesma situação jurídica". Para o consultor-geral do Senado, Bruno Dantas, membro da comissão de juristas, "essa distorção incentiva a utilização dos recursos, devido à sensação de injustiça provocada pela insegurança jurídica".

Menos recursos

Outra modificação prevista

é a restrição à apresentação de recursos. Dantas avalia que "existe hoje um excesso de recursos, já que é muito fácil e barato recorrer". Entre as medidas que poderão limitar o uso dos recursos, está o fim do agravo de instrumento (a não ser para questões de urgência) e dos embargos infringentes, além da limitação ao uso dos embargos de declaração.

— O objetivo é reduzir o número de recursos e impedir aventuras judiciais, o que resultará também na redução

considerável do volume de impugnações que ocorre na segunda instância — disse o consultor.

A comissão também pretende tornar obrigatórias as audiências de conciliação. Em reunião realizada em novembro do ano passado, a advogada Teresa Wambier, relatora do colegiado, argumentou que essa medida permitirá a redução do número de processos — como resultado do esforço para que as partes em uma ação entrem em acordo.



Projeto original de Paim foi bastante modificado na Câmara dos Deputados

Estatuto da Igualdade Racial volta à CCJ

Em discussão no Congresso Nacional desde maio de 2003, o projeto de lei do Senado que institui o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03) será novamente examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nos primeiros meses de 2010. Aprovado no Senado em novembro de 2005, o texto foi enviado à Câmara, onde foi acolhido em setembro de 2009 sob a forma de substitutivo, com várias alterações ao texto original, motivo pelo qual voltou para nova análise dos senadores.

Entre outros pontos, o projeto de Paulo Paim (PT-RS) institui pena de até três anos para quem praticar racismo pela internet, incentiva a contratação de negros pelas empresas e reconhece a capoeira como esporte. O relator na CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), é favorável à aprovação, mas sugere emendas.

Na Câmara, a proposta inicial sofreu mudanças substanciais. O texto dos deputados, por exemplo, reduz de 30% (como queria Paim) para 10% a proporção de candidatos negros que os partidos devem ter nas eleições (atualmente, só há reserva para mulheres); retira a obrigatoriedade de reserva, nos estabelecimentos públicos, de vagas para alunos negros vindos de escolas públicas na mesma proporção dessa etnia na população; e suprime a indicação "igualdade" do dispositivo que trata da contratação de atores negros em produções artísticas.

O substitutivo da Câmara define como desigualdade racial todas as situações injustificadas de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica. Define como população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE.

Modernização na área penal pode ser aprovada até março

A proposta de um novo Código de Processo Penal deverá ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já em fevereiro e analisada pelo Plenário em março, avalia o senador Renato Casagrande (PSB-ES), que teve seu parecer sobre a matéria aprovado na comissão especial interna do Senado no final do ano passado.

A comissão foi criada para examinar o projeto de Lei 156/09 e Casagrande escolhido para apresentar na CCJ um relatório sobre o assunto. Depois de aprovado no Senado, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados.

Quando o parecer de Casa-

grande foi aprovado na comissão especial, no dia 9 de dezembro, a expectativa era a de que o Plenário pudesse decidir sobre o tema ainda em 2009. Porém, no dia 17 de dezembro os senadores aprovaram requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) para que o projeto seja analisado pela CCJ antes da deliberação final. Quando colocou o requerimento em votação, o presidente José Sarney apelou para que o exame pela comissão não retarde muito a votação em Plenário.

José Sarney comentou que o atual Código de Processo Penal data de 1941 e "precisa muito ser atualizado". O presidente



Renato Casagrande é o relator na CCJ

do Senado reconheceu haver "pressões muito grandes para que isso não seja feito", da mesma forma como ocorreu durante a votação da reforma do Judiciário. "As pressões foram vencidas e mecanismos

como a súmula vinculante já se mostraram relevantes para assegurar um melhor acesso do cidadão à Justiça", destacou.

Casagrande considera que a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional impedirá que o Código de Processo Penal continue a ser usado no Brasil como um "instrumento de impunidade", graças às suas diversas possibilidades protelatórias. Ele observou que o texto aprovado na comissão especial define claramente a função de cada operador do Direito e permite que o processo tenha uma tramitação mais rápida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Iracema F. da Silva

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920